

ZUZANA BURIANOVÁ

Universidade Palacký em Olomouc

Nos meandros da memória em *K.* de Bernardo Kucinski: entre a Shoah, a ditadura e o presente¹

Twists of Memory in Bernardo Kucinski's *K.*: From the Shoah, to the Dictatorship and the Present

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre o romance *K. – Relato de uma busca* (2011), de autoria de Bernardo Kucinski, a partir da sua inserção na literatura de testemunho, relacionada com o período da ditadura militar brasileira. A análise concentra-se na estreita relação entre acontecimentos históricos e o presente, concretamente na interligação entre a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, o regime militar brasileiro, e a sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Brasil, ditadura militar, literatura de testemunho, Holocausto, sociedade contemporânea

Summary: This article offers reflections on Bernardo Kucinski's novel *K. – Relato de uma busca* (2011), which is analyzed in the context of the literature of testimony related to the period of the Brazilian military dictatorship. The analysis focuses on the close relationship between historical events and the present, specifically on the links between World War II and the Holocaust, the Brazilian military regime, and contemporary Brazilian society.

Keywords: Brazil, military dictatorship, literature of testimony, Holocaust, contemporary society

“Quanto mais explicamos historicamente, mais ficamos indignados; quanto mais ficamos horrorizados, mais procuramos compreender.” (Ricoeur 1997: 326)

Tentar compreender momentos históricos como Auschwitz – associados por Paul Ricoeur ao *tremendum horrendum* e caracterizados como “acontecimentos que é necessário *nunca esquecer*” (Ricoeur 1997: 325) – pode parecer uma tarefa bastante difícil. Primo Levi apontou claramente o perigo que esta tentativa traz consigo: os horrores do Holocausto não podem nem devem ser compreendidos, porque compreendê-los seria quase o mesmo que justificá-los. Compreender um ser humano e o seu comportamento pressupõe uma certa identificação com ele, e identificar-se com os representantes do nazismo alemão é impossível. Não podemos, assim, compreender o mal no sentido de identificação, mas devemos compreendê-lo no sentido de conhecimento: compreender de onde nasce e como se manifesta e se espalha, para

¹ Texto publicado em: Barbara Hlibowicka-Weglarz, Justyna Wisniewska, Edyta Jablonka (eds.). *Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade*. Vol. II. Lublin: Wydawnictwo Uniwersytetu Marie-Curie-Sklodowskiej, 2016, 161–175.

sermos capazes de evitar que se repita. Porque, como alerta Levi, “a consciência pode ser novamente seduzida e obscurecida: até a nossa.”²

O grande número de eventos traumáticos que marcaram o século XX, levando Eric Hobsbawm a chamá-lo de “era de extremos” (Hobsbawm 1995), estimulou, não apenas na literatura ocidental, a proliferação da literatura de testemunho, cujo objetivo principal é a revalorização da memória – memória concebida como um instrumento de denúncia, de justiça (pelo menos no campo simbólico) e de compreensão, no sentido de conhecimento. A importância deste tipo de literatura cresce sobretudo nos contextos em que o passado traumático não foi devidamente superado. O Brasil insere-se, infelizmente, nesses contextos, pois, no que diz respeito à ditadura civil-militar, ocorrida entre 1964 e 1985, permanece no país a tendência de silenciar a memória e fazer o passado doloroso cair no esquecimento. Esta situação decorre de uma série de fatores, dentre os quais se destaca o fato de no Brasil ter predominado, como afirmou Márcio Seligmann-Silva, “o modelo político continuísta” (Seligmann-Silva 2012: 64). Isso significa que as forças que na época estavam no poder permanecem ativas até hoje, em grande parte devido à Lei da Anistia de 1979, que garantiu a impunidade jurídica para os responsáveis pela violência do Estado. O fato de o país ter precisado de quase três décadas para finalmente instalar, em 2011, durante o governo de Dilma Rousseff, a Comissão da Verdade – com o objetivo de investigar violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988, ou seja, entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras – é só um exemplo desta situação.³

É óbvio que as memórias dos sobreviventes do Holocausto e as dos que sofreram com a repressão da ditadura militar brasileira apresentam muitas diferenças em sua natureza, pois narram experiências relacionadas com fenômenos históricos singulares, decorrentes de condições e circunstâncias específicas. O Holocausto, em que seis milhões de judeus europeus e milhões de outros civis foram exterminados, e as ditaduras militares latinoamericanas da segunda metade do século XX não podem ser, naturalmente, equiparados em termos de número de vítimas nem em termos do tamanho do terror instaurado e das suas consequências trágicas para as gerações seguintes. Também a ditadura brasileira, se comparada com os regimes militares de outros países sul-americanos, apresenta um número consideravelmente menor de vítimas. No seu relatório final de 2014, a Comissão da Verdade confirmou 434

² “...le coscienza possono nuovamente essere sedotte ed oscurate: anche le nostre”, “Appendice a *Se questo é un uomo*, de 1976” (Levi 1989: 347), tradução nossa.

³ Em comparação com alguns outros países do Cone Sul, na Bolívia esse tipo de comissão foi criado em 1982, na Argentina em 1983, no Uruguai em 1985, no Chile em 1991, no Paraguai em 2003 (cf. Pinto 2010).

casos de mortes e desaparecimentos políticos no Brasil, ocorridos no período investigado (cf. CNV 2014: 26).⁴ Na Argentina (1976-1983), por exemplo, o total de mortos e desaparecidos estima-se em torno de 30.000; no Chile (1973-1990) a estimativa oscila de 3.000 a 10.000 (cf. Silva Filho 2008: 155). Apesar disso, é preciso destacar que a ditadura brasileira era excessivamente brutal e o seu sistema repressivo, desenvolvido em nome da doutrina de segurança nacional, serviu de modelo a outros países latinoamericanos. Também, a tendência ao silenciamento desse período tem efeitos profundamente negativos na sociedade brasileira atual. Nas palavras de Seligmann-Silva: “Diante dessa paisagem mnemônica, podemos pensar que a violência da ditadura no Brasil foi superior àquela que se exerceu em outros países. Ela conseguiu ir muito além da data oficial de seu fim.” (Seligmann-Silva 2012: 64)

A despeito das dessemelhanças entre os dois acontecimentos históricos, tanto os autores que voltam ao tema do Holocausto quanto os que abordam o período da ditadura militar partem do mesmo objetivo: recuperar a memória das vítimas da violência do Estado autoritário, exigir justiça e dar testemunho para gerações futuras. Simultaneamente, eles enfrentam os mesmos problemas, situando-se, de fato, perante duas perguntas básicas: “Como narrar o trauma que eles próprios ou outros vivenciaram?” e “Como falar em nome dos outros?” – porque, como bem lembra Primo Levi, os autores dessas memórias não representam as autênticas testemunhas:

Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. (...) A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte. (Levi 1990, 47-48)

Diante de tal situação, o recurso à ficção – que não apenas preenche as lacunas da memória, causadas pelo próprio esquecimento e por bloqueios mentais, como também completa os espaços brancos da história do outro –, apresenta-se como o único meio para, pelo menos, aproximar-se da tragédia das verdadeiras vítimas, para dar a voz àqueles que não podem falar ou que ficaram mudos.

Um dos escritores que decidiu verter a memória da experiência traumática em ficção, procurando assim uma compreensão da relação implícita entre os dois acontecimentos históricos – o Holocausto e a ditadura militar –, é o jornalista e cientista político brasileiro Bernardo Kucinski. No seu primeiro livro de ficção, *K. – Relato de uma Busca* (2011), abordou, de forma romanesca, a tragédia que ocorreu na sua família: o desaparecimento da sua irmã, Ana Rosa Kucinski, professora do Instituto de Química da Universidade de São

⁴ Trata-se apenas dos casos documentados, o número real de vítimas poderá ser muito maior.

Paulo, que foi, junto com o seu marido, Wilson Silva, sequestrada e morta pelos órgãos de repressão da ditadura, em 1974.⁵ Os representantes do regime nunca admitiram a responsabilidade pelo desaparecimento deles (apesar de se ter encontrado uma ficha do seu aprisionamento no DOPS⁶ de São Paulo), os seus corpos nunca foram localizados e os dois continuam como “desaparecidos políticos”, sendo as circunstâncias da sua morte até hoje pouco esclarecidas.

Se tivéssemos que escolher a impressão mais forte dentre muitas que este relato emocionante de Kucinski suscita no leitor, seria provavelmente o impacto causado pela descrição da desintegração trágica da família e do seu sofrimento inacabado, perpetuado até os dias presentes. O acontecimento, que se deu há mais de trinta anos, teve um efeito destrutivo sobre a família, já anteriormente traumatizada pela experiência do Holocausto, levando não apenas à morte precoce do pai, que em vão tentou encontrar a filha, mas marcando negativamente também a geração posterior. Como o autor sublinha no prólogo do livro, as perdas da perda de uma vida são incontáveis:

Não, ela nunca conheceu a nossa casa. Nunca subiu os degraus íngremes do jardim da frente. Nunca conheceu meus filhos. Nunca pôde ser a tia de seus sobrinhos. Eu sempre lamentei em especial essa consequência de tudo o que aconteceu. (Kucinski 2011: 17)

Bernardo Kucinski mostra como o passado continua a penetrar no presente, em forma de uma mágoa jamais cicatrizada, um luto prolongado e interminável, não somente por causa da falta de informações fidedignas sobre o destino da irmã e pelo aparecimento de novas pistas falsas do seu paradeiro, mas também devido à manutenção invisível, na sociedade brasileira atual, do sistema repressivo responsável pela tragédia. Ele põe, assim, ênfase na estreita relação da contemporaneidade com os acontecimentos históricos, que são evocados por meio de uma mistura sutil de memória com imaginação, de fatos com ficção. Como nos informa na introdução ao livro, ele deixou que as lembranças corressem espontaneamente, sem as basear, na maioria dos casos, em documentos e registros da época, organizando-as e completando as lacunas de esquecimento por meio de invenção e fabulação.

⁵ Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974) era professora no Instituto de Química da USP e, junto com o seu marido, Wilson Silva (1942-1974), militou na Aliança Libertadora Nacional (ALN), organização da esquerda armada que lutou contra o regime militar. Em 22 de abril de 1974 ela e o marido foram sequestrados pelas forças de repressão e provavelmente assassinados.

⁶ Departamento de Ordem Política e Social, órgão criado já durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, destinado a combater os inimigos do regime.

A própria história do romance gira em torno da busca desesperada do personagem chamado K., inspirado na figura do pai do autor,⁷ o escritor Meir Kucinski,⁸ que em vão tenta adquirir informações acerca da sua filha, desaparecida durante o regime militar. Além de um prólogo e um epílogo,⁹ o livro está estruturado em vinte e sete capítulos, que representam unidades até certo ponto independentes, interligadas pelo personagem de K.

Do ponto de vista espaço-temporal, no romance entrelaçam-se três contextos: a Europa antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil no período da ditadura militar, e a sociedade brasileira atual. Os acontecimentos históricos são apresentados por meio de várias vozes e perspectivas. No prólogo e no epílogo, que são datados do dia 31 de dezembro de 2010, é o próprio autor quem reflete, em primeira pessoa, sobre a contínua presença do trauma do desaparecimento da irmã, na vida da família. A linha principal da história, apresentada pelo narrador heterodiegético, expõe os pensamentos e as lembranças de K.: insere-se no período da ditadura militar e narra os acontecimentos desde o sequestro da filha até à morte do pai, catorze meses mais tarde. Concretamente, situamo-nos nos anos 1974 e 1975, como nos mostra uma das poucas indicações temporais explícitas no romance, que encontramos no capítulo “A reunião da Congregação”. É nesta linha da história onde aparece, por meio das reflexões de K., uma perturbadora associação entre o regime militar brasileiro e o Holocausto. Os capítulos dedicados ao personagem K. são intercalados por outros que apresentam vozes e pontos de vista de várias pessoas reais ou fictícias, completando o panorama sinistro da época da ditadura. Aparecem tanto as perspectivas das vítimas e dos seus familiares – da filha de K., do marido e do sogro dela –, quanto as visões dos representantes da repressão – do delegado Fleury¹⁰ e dos seus assistentes. Além destes dois lados, encontramos ainda falas de outras personagens envolvidas nos acontecimentos – da faxineira da Casa de Morte,¹¹ da amante de Fleury, de um informante, de um ex-general ou de professores universitários.

Para fortalecer ainda mais os laços entre o passado e o presente, o narrador recorre a frequentes anacronias. Predominam as analepses – retornos ao passado –, que apresentam as

⁷ O nome do protagonista pode tanto ser entendido como a abreviatura do sobrenome do pai, quanto pode aludir ao protagonista Josef K. do romance *Processo*, de Franz Kafka – obra que apresenta várias semelhanças temáticas com o livro de Kucinski.

⁸ Meir Kucinski (1904-1976) era um escritor de prosa e poesia em iídiche, de origem polonesa, que emigrou em 1935 para o Brasil e estabeleceu-se em São Paulo.

⁹ Trata-se dos capítulos “As cartas à destinatária inexistente” e “Post Scriptum”.

¹⁰ Sérgio Paranhos Fleury era antigo líder do Esquadrão da Morte de São Paulo e delegado do Dops/SP (Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Civil de São Paulo). Durante a ditadura militar, ele interrogou, torturou e mandou assassinar muitos oponentes do regime.

¹¹ Casa de Morte era um centro clandestino de interrogações localizado em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, onde Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram provavelmente assassinados.

recordações de K. da sua vida na Europa e nos primeiros anos no Brasil. Um interessante efeito antecipador é desempenhado também por reiteradas prolepses – alusões aos acontecimentos futuros –, que o narrador onisciente insere na narrativa, p. ex.: “Outro ano mais, e a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada.” (Kucinski 2011: 90) Vejamos agora mais detalhadamente de que modo esses três períodos são associados no romance e que significados são transmitidos pela sua interligação.

No capítulo intitulado “A matzeivá”, que descreve a vã tentativa de K. de adquirir a permissão para colocar, num cemitério israelita de São Paulo, uma lápide para a sua filha sem a existência do seu corpo, encontramos uma reflexão importante sobre o Holocausto:

Ele retrucara ao Avrum, o secretário da sociedade, que na entrada do Cemitério do Butantã há uma grande lápide em memória dos mortos do Holocausto, e debaixo dela não há nenhum corpo. Avrum o admoestara por comparar o que aconteceu com sua filha ao Holocausto, nada se compara ao Holocausto, disse; chegou a se levantar, tão aborrecido ficou. O Holocausto é um e único, o mal absoluto. Com isso K. concordou, mas retrucou que para ele a tragédia da filha era continuação do Holocausto. (Idem: 81)

O trecho de fato alude a duas concepções básicas da Shoah, existentes nos estudos teóricos sobre o fenômeno: por um lado, à que encara a Shoah como uma anomalia na história da era moderna, como um fenômeno bárbaro e singular dirigido contra o povo judaico; por outro lado, à que a compreende em uma estreita ligação com a evolução da sociedade moderna, como um elemento integrante da modernidade. Se no período depois da Segunda Guerra Mundial, sob o impacto demolidor da revelação dos horrores ocorridos, prevalecia a primeira atitude, nas últimas décadas tem-se destacado a segunda concepção. Esta foi trabalhada, por exemplo, por Zygmunt Bauman no seu livro *Modernidade e Holocausto*, publicado em 1989, em que o autor, partindo dos estudos de Theodor Adorno e de Hannah Arendt, oferece uma análise sociológica do fenômeno. Bauman adverte contra dois mitos na interpretação do Holocausto: o mito de este ser encarado apenas em relação à história judaica, e o mito de ser visto como algo que ocorreu devido à barbárie, ou seja, à falta da civilização. Bauman destaca o seguinte:

O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura. (Bauman 1998: 12)

Voltando à passagem supracitada do romance, fica evidente que Kucinski, por meio da fala de K., defende a segunda concepção. Ela é implicitamente apoiada também por vários outros trechos do livro nos quais a ditadura militar é associada tanto ao Holocausto quanto ao contexto contemporâneo, como se se tratasse da continuação do mesmo fenômeno, do

prolongamento da mesma tendência, que dorme latente na sociedade moderna e pode irromper em certas circunstâncias e sob certas condições.

K. é um judeu de origem polonesa. Durante a sua juventude na Polônia, militou na ala de esquerda do partido Poalei Tzion, o principal órgão do sionismo trabalhista. Depois de ser acusado de subversão e duas vezes preso pela polícia polaca, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, conseguiu fugir do país e emigrar junto com a mulher e um filho ao Brasil. Tendo a família se estabelecido em São Paulo, ele trabalhou primeiro como mascate e, mais tarde, montou uma pequena loja de roupas e tecidos no bairro judaico Bom Retiro, onde nasceram outro filho e uma filha. No novo país continuou a trabalhar para o mesmo partido sionista, mas dedicou-se a atividades culturais e ao cultivo do iídiche; ele próprio tornou-se um renomado escritor nesta língua, com poemas e textos de prosa publicados em jornais iídiche no Brasil, nos Estados Unidos e na Argentina.

A vida de K, apesar de ser profissionalmente bem-sucedida, era, contudo, profundamente marcada pelo Holocausto. Duas irmãs dele tinham morrido na Polônia e a sua esposa tinha perdido a família inteira nos campos de concentração; ela própria morreu em decorrência de câncer, tendo adoecido depois de receber as notícias sobre o destino trágico dos seus parentes. K. casou-se de novo, mas o seu segundo casamento não parecia muito feliz. A sua família original desintegrou-se por completo: com o filho mais velho, que se rebelou contra ele e por algum tempo foi viver num kibutz em Israel, ele não tinha muito contato; o seu filho mais novo também se mudou para o exterior; e a sua filha, a mais querida dele, não se dava bem com a nova esposa. K. buscava consolo no iídiche e nos encontros regulares com outros escritores, mas era justamente esta paixão pela língua e pela literatura que o afastava ainda mais da família e o proibia de aperceber-se da dupla vida que a sua filha estava levando e do perigo em que ela se encontrava. Podemos dizer que além de um simples ensimesmamento intelectual tratou-se, simultaneamente, de uma divisão interior, de uma cisão identitária do imigrante, pois o seu apego ao passado, à língua e à cultura dos pais criou nele obstáculos que o impediam de viver plenamente o presente.

Esta alienação de K., que, na sua visão, resultou em consequências trágicas, vai produzir nele um forte sentimento de culpa: a culpa de não ter prestado mais atenção à sua filha, “no fundo, a culpa de ter sobrevivido”. (Kucinski 2011: 162) O autor, porém, mostra como esta culpa dos sobreviventes foi habilmente aproveitada pelo sistema, que ele chama de “totalitarismo institucional”. (Idem: 163) Negando-se a desvendar os seus crimes, o regime e os governos subsequentes automaticamente transmitiram a responsabilidade pela tragédia aos parentes das vítimas. Por meio de silêncio e mentiras sobre o passado e através da indenização das famílias

das vítimas, as forças do poder conseguiam alimentar a culpa dos sobreviventes, fazendo deles “cúmplices involuntários” da maneira oficial de encarar o passado. Conseguiram assim que a culpa permanecesse “dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar, e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois”. (Idem: 163)

K. não pode deixar de associar os acontecimentos presentes àquilo que viveu na Polônia. Pela primeira vez sente necessidade de comparar a ditadura militar com o nazismo quando se apercebe da existência de um “sorvedouro de pessoas” – um mecanismo perfeito que o regime elaborou para fazer desaparecer os seus oponentes sem deixar quaisquer rastros:

K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas, que reduziam suas vítimas a cinzas, registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os goim de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza. Eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (Idem: 27)

Se tentamos compreender o fenômeno do Holocausto, situamo-nos perante uma pergunta essencial: “Como foi possível que o mundo civilizado permitiu tal barbárie?” Ou, em outras palavras: “Como o regime nazista conseguiu manipular as pessoas até se deixarem desumanizar completamente e aceitarem a desumanização dos outros?” A problemática ética, ou seja, a questão da atitude do ser humano perante o sofrimento do próximo, é também um dos temas centrais do romance de Kucinski. Ao procurar ajuda de outros na busca da sua filha, K. depara-se com diversas reações. Embora encontre quem o queira sinceramente ajudar, mas não pode, na maioria dos casos enfrenta a desconfiança e o medo das pessoas de se meterem em assuntos de caráter político:

A maioria ouvia até o fim em silêncio, depois davam-lhe eventualmente um tapinha nas costas encurvadas e diziam: eu sinto muito. Alguns poucos o interrompiam já no início, alegando hora marcada no médico, ou um pretexto parecido – como se ouvir já os colocasse em perigo. (Idem: 24)

A pior reação, porém, K. enfrenta quando quer mandar imprimir um folheto em memória da filha, numa pequena gráfica do seu bairro que dantes pertencia a um anarquista italiano. Lá, o filho do antigo dono, que já não se engaja politicamente como o seu pai, reage com uma grande agressividade:

Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista? (Idem: 84)

Não menos desalentador é o resultado da busca quando K. recorre a pessoas influentes da comunidade judaica. Kucinski mostra que neste ambiente, em geral tão atento às mínimas

manifestação de antissemitismo, havia a tendência de fechar os olhos perante as iminências de perigo, alegando o suposto não relacionamento da repressão do regime com a causa judaica:

Súbito, lembrou rumores da véspera no Bom Retiro; dois estudantes judeus da medicina teriam desaparecido, um deles, dizia-se, de família rica. Coisa da política, disseram, da ditadura, não tinha a ver com antissemitismo. Também sumiram outros, não-judeus, por isso a Federação decidira não se meter. (Idem, 19-20)

Ao contar a história da filha a um judeu rico, de boas conexões com setores políticos e militares, é grosseiramente rejeitado, com a justificativa de a sua filha ter sido comunista. A mesma reação hipócrita o espera quando procura um rabino, supostamente aberto e moderno, e pede-lhe a autorização para colocar a *matzeivá*, a lápide, para a filha, ao lado do túmulo da sua mulher. O rabino não apenas nega o pedido, devido à inexistência do corpo, como, num discurso alibista, alude à falta da pureza da mulher, causada pela sua orientação política. Durante esta conversa, K. apercebe-se também da importância da posição social na avaliação do caso: “Teria a comunidade se portado de modo tão indiferente ao que aconteceu com sua filha se ela fosse uma Klabin, ou uma Safra? Nem a comunidade, nem esse rabino e talvez nem os bandidos do governo.” (Idem: 82)

Embora mais tarde outro rabino, de origem estadunidense, adote uma atitude diferente perante as vítimas da repressão do regime brasileiro,¹² a experiência de K. com as autoridades religiosas judaicas é predominantemente negativa. Ele, um judeu de opiniões liberais que pertencia à geração que questionou a religião tradicional, novamente sente uma forte aversão ao judaísmo ortodoxo. Reconhece que quem, pelo menos, tentou ajudá-lo não foram os rabinos, mas, surpreendentemente, um representante da Igreja católica, o arcebispo de São Paulo, que convocou uma reunião com familiares de desaparecidos políticos e apresentou ao público um dossiê, divulgado pela imprensa, sobre 22 casos de desaparecimento.¹³ Por outro lado, no romance encontramos igualmente uma crítica aos setores conservadores da Igreja católica que tacitamente apoiaram o regime. Ela é apresentada pela voz da personagem da amante de Fleury, que narra a sua decepção com a confissão católica, à qual recorreu ao sofrer remorsos por viver com um dos principais “carrascos” do regime:

E sabe o que o padre disse? Disse que viver carnalmente fora do matrimônio é pecado, mas que Deus me perdoava. Ora, então para ele o pecado é esse? E o resto? E as mortes, as

¹² Trata-se da alusão ao rabino Henry Isaac Sobel (1944) que se negou a enterrar como suicida o jornalista Wladimir Herzog, assassinado na prisão do Exército, não aceitando a versão oficial da sua morte por suicídio. Dias depois, celebrou, junto do cardeal Dom Evaristo Arns e do pastor presbiteriano Jaime Wright, uma missa ecumênica por Herzog na Catedral da Sé.

¹³ Trata-se da alusão ao Cardeal-Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns (1921), que se notabilizou pela defesa dos direitos humanos durante o período da ditadura militar. Fez também parte do movimento “Tortura nunca mais” e da equipe que organizou o livro *Brasil: Nunca Mais* (Petrópolis, Vozes, 1985), que apresentou uma denúncia da repressão do Estado.

torturas, não são pecados? Dormir com quem fazia isso não era viver em pecado? Na segunda vez, o padre disse que tudo o que estava acontecendo era desígnio de Deus. Aí eu parei de me confessar. (Idem: 110)

Além das instituições eclesásticas e leigas, uma crítica forte é dirigida ao ambiente acadêmico. Fica patente sobretudo do capítulo intitulado “A reunião da Congregação”, no qual o autor parte da ata oficial duma reunião dos representantes do Instituto de Química da Universidade de São Paulo. Nessa reunião, a Congregação, formada em grande parte por judeus fugidos do nazismo ou por discípulos deles, aprovou a demissão da professora Ana Rosa Kucinski pelo suposto “abandono de função”, apesar de, na época, ser já conhecida por todos a verdadeira causa da sua ausência no trabalho. Intercalando trechos desse documento oficial com os pensamentos imaginários dos participantes da reunião, o autor denuncia a atitude covarde e oportunista dos que aprovaram, sob pressão da Reitoria, aquela decisão imoral.¹⁴

O personagem K., decepcionado com a busca inútil de ajuda no seu país, viaja até ao estrangeiro para apelar a instituições internacionais. Após se dirigir à Cruz Vermelha, à Anistia Internacional e à Comissão de Direitos Humanos da OEA, recorre à American Jewish Committee em Nova York. Surpreendentemente, também desta organização poderosa K. recebe uma atitude extremamente cautelosa e secreta:

Impressionante, reflete K., entidades tão respeitáveis, tão poderosas, entidades humanitárias, e precisam agir às escondidas como se fossem malfeitores; parece que até eles têm medo de serem desaparecidos. (Idem: 62)

Apesar de os seus representantes manifestarem simpatias com o seu caso e a vontade de ajudá-lo, as suas tentativas de adquirir informações sobre a filha e o genro igualmente fracassam, sendo inclusive a própria pessoa escolhida para ajudá-lo desaparecida em circunstâncias estranhas.¹⁵

Além de recorrer a entidades legais, K. tenta a sorte com as fontes extraoficiais, às quais pertencem os informantes da polícia. Fica literalmente chocado ao descobrir quantos informantes vivem ao seu redor, inclusive na própria comunidade judaica. O autor aponta para a presença de informantes de polícia e de delatores em todos os setores da sociedade: nos lugares públicos, nas comunidades de imigrantes, nas organizações clandestinas de esquerda. A existência de uma rede complexa e elaborada de informantes é típica de todos os regimes

¹⁴ A Reitoria anulou formalmente a demissão em 1995, porém, sem nenhuma autocrítica. A Congregação do Instituto só reconheceu o seu erro no ano de 2014, devido à pressão dos familiares e da Comissão da Verdade.

¹⁵ Kucinski alude à Operação Condor, da qual participaram vários regimes militares da América do Sul e cujo objetivo foi liquidar os líderes democráticos no território desses países.

autoritários. No caso da ditadura militar brasileira, a eficiência e a rapidez com a qual os militares desmantelaram a guerrilha rural e aniquilaram as organizações de luta armada nas cidades deveu-se, em grande parte, ao levantamento minucioso de dados sobre os “inimigos internos”, através da colaboração de um contingente de informantes e por meio da infiltração desses nos focos de oposição. O mais eficaz dos centros de informação das Forças Armadas, o Cenimar, por exemplo, tinha como objetivo “ter capacidade de produzir informes sobre *qualquer cidadão*”. (Figueiredo 2015: 21) Kucinski compara novamente essa situação com o fascismo – neste caso associado ao regime de Getúlio Vargas, que se deixou inspirar pelo modelo italiano:

É verdade que quando chegou ao Brasil em 1935, fugido da polícia polaca, os patrícios o alertaram contra os espias de Getúlio, ‘zei zainen umetum’, eles estão em toda a parte, advertiram em ídiche. Mas isso foi na época do fascismo. E eis os espias de novo em toda a parte. (Kucinski 2011: 34)

Em suma, podemos constatar que o retrato do comportamento do ser humano no momento de crise, que o romance de Bernardo Kucinski oferece, é bastante desalentador: o que prevalece é indiferença, covardia, hipocrisia, alibismo e até tentativas de se aproveitar do sofrimento do outro (ver o capítulo “Os extorsionários”). Em relação à questão da responsabilidade moral do ser humano, podemos novamente lembrar Zygmunt Bauman, que fala sobre “duas lições” que o Holocausto trouxe para a humanidade:

A lição do Holocausto é a facilidade com que a maioria das pessoas, colocadas numa situação em que não existe boa escolha ou que a torna muito cara, arranja uma justificativa para escapar ao dever moral (ou não consegue aderir a ele), adotando em vez disso os preceitos do interesse racional e da autopreservação. (...) E há uma outra lição do Holocausto, de não menos importância. (...) Esta segunda lição nos diz que colocar a autopreservação acima do dever moral não é algo de modo nenhum predeterminado, inevitável e inelutável. (...) *Não importa quantas pessoas optaram pelo dever moral acima da racionalidade da autopreservação – o que realmente importa é que alguns fizeram essa opção.* (Bauman 1998: 236)

Como Hannah Arendt mostrou, esses alguns, capazes de distinguir entre o bem e o mal, “suficientemente ‘arrogantes’ para confiar em seu próprio julgamento” (Arendt 1999: 318), não eram, em geral, pessoas que se deixavam dirigir pelos valores tradicionais ou pelos mandamentos religiosos. Naquelas situações inauditas, nas quais inexistiam regras para serem seguidas, tiveram que recorrer apenas à intuição e aos seus próprios juízos.

Também no romance de Kucinski, por entre a névoa densa de atitudes decepcionantes, relampejam tênues raios de luz – os instantes de coragem, solidariedade humana e compaixão, como vemos, por exemplo, nas alusões às ações audaciosas do Arcebispo de São Paulo ou do rabino estadunidense, no projeto de um vereador do Rio de Janeiro de homenagear os desaparecidos políticos com nomes de ruas, na colaboração dos familiares dos desaparecidos

políticos, ou na atmosfera de fraternidade entre os prisioneiros políticos que K. vai visitar antes da sua morte. No que se refere à própria luta armada contra o regime militar, é preciso dizer que, dentro da perspectiva da família que sofreu uma perda irremediável, no livro prevalece o tom bastante crítico. Não em relação à oposição contra a ditadura, mas em relação às estratégias da guerrilha urbana no Brasil e, sobretudo, à sua continuação no momento em que já não existiam quaisquer chances de vencer.

Embora o Holocausto e a ditadura militar brasileira tenham sido dois fenômenos *sui generis* e naturalmente incomparáveis em termos do tamanho da tragédia e da perda que representaram para a humanidade, defendemos a ideia que existe uma possibilidade de serem aproximados entre si. Podem ser encarados como dois acontecimentos profundamente traumáticos na história da sociedade moderna ocidental, ambos marcados pela presença de uma extrema brutalidade do Estado autoritário, que se aproveitava da tecnologia moderna; pela marginalização e eliminação de certos grupos étnicos, políticos e sociais, reduzidos à categoria do *homo sacer*¹⁶ (judeus e outras raças “menores”, no caso do Holocausto, comunistas e outros oponentes do regime, no caso da ditadura militar); pela criação de uma atmosfera de medo e decadência moral; pela tentativa de ocultar os vestígios dos crimes. Como os eventos que levaram a Auschwitz e a Araguaia¹⁷ estão ligados a determinados contextos históricos, poderiam ser encarados como tragédias históricas fechadas. Porém, a força destrutiva da tecnologia moderna, a desumanização das relações burocráticas e a presença potencial do *homo sacer* na sociedade contemporânea, para os quais apontou Bauman, continuam a representar um perigo na atualidade. Em relação à barbárie do Holocausto, Primo Levi nos alerta de uma maneira simples mas contundente: “Aconteceu, logo pode acontecer de novo.” (Levi 1995: 124) Em relação à violência da ditadura militar, que na sociedade brasileira não foi ainda devidamente trabalhada, no sentido jurídico e testemunhal, Seligmann-Silva nos avisa: “A violência do passado continua na violência do presente”. (Seligmann-Silva 2012: 65) Também Bernardo Kucinski, no seu primeiro romance, *K. – Relato de uma Busca*, insiste nesses pontos de contato entre a história e a

¹⁶ Bauman retoma o termo, proveniente do direito romano, de Giorgio Agamben (2004), para caracterizar um sujeito social e politicamente excluído. Na Roma antiga, o *homo sacer* era uma pessoa destituída de direitos, que, por ser “outra”, não podia ser sacrificada, mas podia ser impunemente morta por qualquer um. Cf. “The Duty to Remember – But What?: Afterward to the 2000 Edition” (Bauman 2000).

¹⁷ Região ao longo do rio Araguaia, na Amazônia, onde foi organizada uma guerrilha rural, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), nos finais da década 60. Nos anos seguintes foi duramente reprimida pelas forças militares, sendo que mais de 50 combatentes, na maioria estudantes, até hoje são considerados desaparecidos políticos, pois as Forças Armadas nunca admitiram a sua execução e nunca forneceram informações sobre a localização dos seus corpos.

contemporaneidade. Deixa claro que a memória do trauma não pode nem deve ser sufocada, porque o mal do passado é capaz de voltar, se as condições que o geraram, embora estejam invisíveis, permanecerem vivas no presente.

Bibliografia

AGAMBEN, G. (2004): *Estado de exceção: Homo sacer II, 1*, trad. I. D. Poleti, São Paulo, Boitempo.

ARENDT, H. (1999): *Eichmann em Jerusalém*, trad. J. R. Siqueira, São Paulo, Companhia das Letras.

BAUMAN, Z. (1998): *Modernidade e Holocausto*, trad. M. Penchel, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

BAUMAN, Z. (2000): *Modernity and the Holocaust*. Cambridge, Polity Press.

FIGEIREDO, L. (2015): *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*, São Paulo, Companhia das Letras.

HOBSBAWM, E. (1995): *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, trad. M. Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras.

KUCINSKI, B. (2011): *K. – Relato de uma busca*, São Paulo, Expressão Popular.

LEVI, P. (1990): *Os afogados e os sobreviventes*, trad. L. S. Henriques, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEVI, P. (1989): *Se questo é un huomo. La tregua*, Torino, Einaudi.

RICOEUR, P. (1997): *Tempo e narrativa III*, trad. R. L. Ferreira, Campinas, SP, Papyrus.

SELIGMANN-SILVA, M. (2012): “Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil”, in SELIGMANN-SILVA, M., GINZBURG, J., HARDMAN, F. F. (orgs.): *Escritas da violência, vol. 2: representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp. 64-85.

Fontes eletrônicas

CNV (2014): “Mortos e desaparecidos políticos”, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3.

http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf (30.06.2016)

PINTO, S. R. (2010): “Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina”, *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun., pp. 128-143.

<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/11860/8304> (30.06.2016)

SILVA FILHO, J. C. M. da (2008): “O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil”, *Veritas*, Porto Alegre, v. 53, n. 2, abr./jun., pp. 150-178.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/4466/3386> (30.06.2016)